

PROVA DE CONHECIMENTOS  
ESPECÍFICOS

## DIREITO

31. Analise as afirmativas abaixo, com base na Lei 12.846/2013, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- ( ) - A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- ( ) - A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.
- ( ) - No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento na Lei 12.846/2013.

- (A) V - F - V - V  
(B) F - V - V - F  
(C) V - F - F - V  
(D) V - V - V - F  
(E) V - V - F - V

32. Assinale a alternativa que completa adequadamente a lacuna abaixo.

“Se um parecer \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.”

- (A) facultativo / obrigatório  
(B) técnico / administrativo  
(C) jurídico / vinculativo  
(D) obrigatório / vinculante  
(E) escrito / obrigatório

33. Assinale a alternativa correta.

- (A) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.  
(B) É inadmissível a ação declaratória, quando tenha ocorrido a violação do direito.  
(C) Algumas pessoas que se acham no exercício dos seus direitos têm capacidade para estar em juízo.  
(D) O cônjuge sempre necessitará do consentimento do outro para propor ações.  
(E) A União é representada judicialmente pelo Presidente da República.

34. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. Os casos de enriquecimento ilícito praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra empresa incorporada ao patrimônio público serão apurados como atos de improbidade administrativa na forma da lei.
- II. Aquele que não sendo agente público se beneficia de atos de improbidade administrativa responde civil ou criminalmente pelos seus atos, contudo não lhe é aplicada a lei de improbidade administrativa.
- III. A perda da função pública, pela sua gravidade, é uma sanção autônoma, não podendo ser cominada com nenhuma outra conforme determina a lei de improbidade administrativa.
- (A) Somente I está correta.  
(B) Somente II está correta.  
(C) Somente III está correta.  
(D) Somente I e II estão corretas.  
(E) Somente II e III estão corretas.

35. Sobre o Mandado de Segurança, podemos afirmar que:

- (A) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, todas elas deverão requerer o mandado de segurança.  
(B) em caso de urgência é permitido impetrar mandado de segurança por meio eletrônico de autenticidade comprovada.  
(C) em casos extraordinários será permitido Mandado de Segurança contra decisão judicial transitada em julgado.  
(D) os efeitos da medida liminar concedida em sede de Mandado de Segurança persistirão até a prolação da sentença sem possibilidade de revogação.  
(E) a sentença no Mandado de Segurança tem natureza condenatória.

36. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O critério geral definidor da improbidade administrativa pauta-se pelo princípio da eficiência administrativa, que impõe ao agente público a busca pelos fins economicamente viáveis.  
(B) A lei de improbidade administrativa é uma lei de natureza penal.  
(C) As empresas ou entidades de direito privado que tenham recebido auxílio do Poder Público não podem ser vítimas de atos de improbidade administrativa.  
(D) A lei de improbidade administrativa considera enriquecimento ilícito o uso de máquinas, equipamentos ou pessoal de órgão público em benefício de autoridade.  
(E) No caso do enriquecimento ilícito do agente público, as punições previstas pela lei são taxativamente as seguintes: perda dos valores que o agente público tenha obtido ilicitamente, indenização do dano que o patrimônio público tenha sofrido, perda da função pública.

37. Sobre o processo administrativo, podemos afirmar que:

- (A) a lei federal de processo administrativo tem aplicação subsidiária e observância obrigatória para todos os entes federados no que for norma de caráter geral.  
(B) as leis estaduais de processo administrativo não se subordinam a lei federal.  
(C) a lei federal de processo administrativo, segundo ela mesma dispõe, expressamente, é uma norma que regula procedimentos e não processo.  
(D) os processos administrativos disciplinados pela norma federal são todos de caráter contencioso.  
(E) processos administrativos não têm forma determinada em lei, sendo atuados livremente e organizados de acordo com a conveniência do administrador.

38. Analise o caso abaixo e assinale a alternativa correta.

Ana, Barbara e Cássio, menores, órfãos e herdeiros de uma considerável fortuna encontram-se sob a guarda de uma vizinha dos pais falecidos. O Juiz, provocado a nomear um tutor para os menores, uma vez que não existia disposição dos pais, decidiu afastar o tio, alegando que ele cumpria uma pena alternativa em razão de condenação por agressão a esposa, e nomeou como tutor a vizinha.

- (A) A decisão é nula. Havendo um parente colateral até o terceiro grau e que não esteja cumprindo pena privativa de liberdade, este deverá ser o tutor dos menores.
  - (B) Não havendo nomeação pelos pais, nem parentes idôneos capazes de exercer a tutela, caberá apenas ao Juiz incluir os menores em programa de colocação familiar.
  - (C) A decisão é a única solução possível e legítima. Segundo o Código Civil a tutela dos menores caberá àquele que no momento da morte dos pais ou da perda do poder familiar estiver com a guarda dos menores.
  - (D) A decisão não é nula. O tio pode ser afastado em casos como esse, em que cumpre pena alternativa dessa natureza. A vizinha, caso aceite, pode exercer a tutela, se, ausente tutor legítimo ou testamentário.
  - (E) O Juiz deverá nomear para as crianças um curador. Essa é a regra legal quando os pais não dispõem em vida sobre o exercício da tutela e, ao mesmo tempo, não há parentes idôneos para exercê-la.
39. Acerca da despedida dos empregados públicos, podemos afirmar que:
- (A) o STF garantiu em decisão de repercussão geral que a despedida de quaisquer empregados públicos deverá sempre ser motivada.
  - (B) o STF não incluiu na decisão de repercussão geral, onde garantiu o direito à motivação no caso de despedida, os empregados públicos vinculados a empresas públicas que exploram atividade econômica.
  - (C) os empregados públicos sempre tiveram direito à motivação quando da sua despedida, o que lhes era assegurado pela jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
  - (D) a decisão do STF sobre a obrigatoriedade de motivação, não afeta a despedida dos empregados públicos da INFRRAERO.
  - (E) os empregados públicos da Petrobrás, de acordo com o STF, não podem ser despedidos sem motivação.

40. Sobre o processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que:

- (A) não poderão ser imputadas sanções administrativas diversas para um mesmo fato descrito como infração disciplinar.
- (B) sentença penal condenatória transitada em julgado poderá motivar aplicação de sanção administrativa para o fato objeto da instrução processual.
- (C) é vedado em processo administrativo disciplinar a adoção de medidas acautelatórias sem prévia audiência da parte afetada.
- (D) o processo administrativo disciplinar é um processo inquisitorial.
- (E) a sindicância punitiva é obrigatoriamente procedida em momento anterior à instauração do processo administrativo disciplinar.

41. Sobre o processo civil, podemos afirmar que:

- (A) a sistemática vigente no Brasil admite recurso administrativo obrigatório, que é preliminar e condicionante da apreciação do pedido pelo Juiz.
- (B) a União quando é ré em ação judicial pode declinar validamente dos prazos processuais diferenciados, por ato inequívoco do Advogado-Geral da União.
- (C) as condenações contra autarquias federais também respeitam a sistemática dos precatórios.
- (D) a Fazenda Pública não transige em juízo.
- (E) as ações judiciais propostas pela União também garantem prazos processuais diferenciados para a parte contrária.

42. Com base na Lei de Acesso a Informação, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. Depois do advento da lei de acesso a informação - Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 - não há mais legitimidade para os entes públicos limitarem o acesso a qualquer informação com base na segurança do Estado. Todos os conteúdos devem ser acessíveis ao público.
- II. De acordo com a nova sistemática, o acesso, a divulgação e o tratamento de informação sigilosa ficarão restritos aos servidores da Controladoria-Geral da União.
- III. O sigilo das informações foi mantido na nova lei de acesso a informação. Ela regulamenta uma escala de classificação das informações em relação ao grau do sigilo que elas demandam, podendo chegar até o limite do ultrassecreto. Essas informações classificadas como ultrassecretas podem ser mantidas em segredo por até 25(vinte e cinco) anos.
- IV. A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa poderá sempre ser invocada, mesmo que chegue a dificultar a instrução de processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
- V. As informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, mas, poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expreso da pessoa a que elas se referirem.

- (A) Somente I é correta.  
(B) Somente IV é correta.  
(C) Somente II e III estão corretas.  
(D) Somente III e V estão corretas.  
(E) Somente I e V estão corretas.

43. Assinale a opção correta.

- (A) O STF já sumulou o entendimento de que é nula disposição editalícia em concurso público que oferece oportunidade para os candidatos apenas em cadastro de reserva.
- (B) De acordo com o STF o funcionário nomeado tem direito à posse.
- (C) O STF admite que qualquer funcionário pode ter sua nomeação desfeita antes da posse.
- (D) A prorrogação do prazo de validade do concurso é um direito subjetivo do candidato.
- (E) É direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas, a sua nomeação, enquanto o concurso ainda estiver no prazo de validade.
44. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- ( ) Os servidores públicos aposentados por invalidez permanente farão jus aos proventos integrais, ressalvados os casos de acidente em serviço e moléstia grave e incurável.
- ( ) A aposentadoria compulsória aos 70(setenta) anos de idade garante proventos integrais ao servidor público aposentado.
- ( ) Os critérios eleitos pela CF/88 para a aposentadoria voluntária do servidor público leva em conta a idade e o tempo de contribuição, concomitantemente.
- ( ) Não poderá ser aposentado voluntariamente o servidor público que, embora já tenha a idade exigida na CF/88 ainda não contar com pelo menos 10(dez) anos de serviço público efetivo.

- (A) F - V - V - F  
(B) V - F - F - V  
(C) F - F - V - V  
(D) V - V - V - F  
(E) V - V - F - V

45. Sobre as ações cautelares, é correto afirmar que:

- (A) as ações cautelares, propriamente, autorizam medidas cautelares sem audiência da parte contrária.
- (B) poderão ser determinadas decisões antecipatórias de tutela quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão irreparável.
- (C) as medidas cautelares só podem ser revogadas até a instrução probatória.
- (D) a medida cautelar não conserva a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- (E) a nova sistemática vigente aboliu os procedimentos cautelares específicos, reduzindo tudo ao poder geral de cautela.

46. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. O pregão é um tipo de licitação, previsto em lei, cujos critérios de julgamento das propostas é o de maior lance ou oferta e a comissão de licitação nomeada para procedê-lo auxilia um pregoeiro que é escolhido entre servidores estáveis com mais de 10(dez) anos de serviço efetivo.
- II. A Ata de Registro de Preço tem natureza jurídica de contrato administrativo, pode ser modificada unilateralmente pela Administração, tem vigência improrrogável de doze meses e não admite rescisão antecipada salvo por motivo de força maior e caso fortuito.
- III. As cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos não alcançam as chamadas cláusulas econômico-financeiras do contrato. Essas estão protegidas pelo direito subjetivo ao equilíbrio econômico-financeiro, garantido aos contratados pela Constituição Federal de 1988.

- (A) Somente I está correta.
- (B) Somente II está correta.
- (C) Somente III está correta.
- (D) Somente II e III estão corretas.
- (E) Somente I e II estão corretas.

47. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
- ( ) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- ( ) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

- (A) V - V - V
- (B) F - F - F
- (C) F - F - V
- (D) F - V - V
- (E) V - V - F

48. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

A prescrição, antes de transferir em julgado a sentença final, começa a correr:

- ( ) Do dia em que o crime se consumou.
- ( ) No caso de tentativa, do dia em que iniciou a atividade criminosa.
- ( ) Nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência.

- (A) V - F - V
- (B) F - F - F
- (C) F - F - V
- (D) F - V - V
- (E) V - V - F

49. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes:

- ( ) De genocídio, qualquer que seja a nacionalidade ou domicílio do agente.
- ( ) Contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- ( ) Praticados contra chefes de Estado.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - F
- (C) F - F - V
- (D) F - V - V
- (E) F - V - F

50. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Em relação à Justiça do Trabalho, tem-se que frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.
- ( ) Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é obrigatório às mesmas ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convenções anteriores.
- ( ) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

- (A) V - F - V
- (B) V - F - F
- (C) F - F - V
- (D) F - V - V
- (E) F - V - F

51. Para tornar-se Ministro do Tribunal Superior do Trabalho o candidato deve ter mais de:

- (A) 30 anos e menos de 55 anos.
- (B) 35 anos e menos de 65 anos.
- (C) 45 anos e menos de 70 anos.
- (D) 55 anos e menos de 70 anos.
- (E) 65 anos e menos de 70 anos.

52. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Das decisões na Justiça do Trabalho são admissíveis os seguintes recursos:

- ( ) Recurso especial.
- ( ) Recurso ordinário.
- ( ) Embargos.

- (A) V - F - V
- (B) F - F - F
- (C) F - V - V
- (D) V - V - V
- (E) V - V - F

53. Considere-se empregado:

- (A) toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (B) toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (C) toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, com a cooperação deste e mediante salário.
- (D) toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (E) toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante indenização.

54. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.

- ( ) Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior.

- ( ) O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - F
- (C) F - F - V
- (D) V - F - V
- (E) F - V - F

55. Assinale a alternativa correta.

- (A) O salário-maternidade não é considerado salário-de-contribuição.
- (B) A empresa não é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.
- (C) Os segurados, contribuinte individual e facultativo, estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
- (D) Integram o salário-de-contribuição para os fins da Lei n. 8.212/91 as importâncias recebidas a título de incentivo à demissão.
- (E) Integram o salário-de-contribuição para os fins da Lei n. 8.212/91 as importâncias recebidas a título de licença-prêmio indenizada.

56. Analise as afirmativas abaixo sobre a CLT, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias na seguinte proporção:

- 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes.
- 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas.
- 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas.

- (A) V - V - V
- (B) F - F - V
- (C) V - F - V
- (D) V - F - F
- (E) F - V - F

57. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Constituem outras receitas da Seguridade Social:

- as multas, a atualização monetária e os juros moratórios.
- a remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros.
- as receitas provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens.

- (A) V - F - V
- (B) V - F - F
- (C) F - F - V
- (D) V - V - V
- (E) F - V - F



58. Analise as afirmativas abaixo, sobre o positivado no Código Penal Militar (CPM) em vigor, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Os dispositivos do CPM que se referem ao tempo de guerra possuem natureza de lei temporária e, por isso, aplicam-se mesmo após encerrado o tempo de guerra.
- ( ) Se um militar brasileiro pratica um crime em missão no Haiti, ainda que segundo o CPM o crime seja considerado crime militar, o CPM não é aplicável em razão da limitação imposta pelo Princípio da Territorialidade.
- ( ) Segundo positivado no CPM, deve-se considerar como navio uma pequena lanchara da Marinha do Brasil com três Fuzileiros Navais, comandada por um Capitão-Tenente da mesma Força Armada.

(A) V - V - V  
(B) V - F - V  
(C) F - V - V  
(D) F - F - V  
(E) F - F - F

59. Analise as afirmativas e fundamentações sobre o positivado no Código Penal Militar (CPM) em vigor, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O CPM prevê medidas de segurança patrimoniais.
- ( ) Ao contrário do Código Penal comum, o Código Penal Militar prevê, como agravante, a embriaguez, mesmo que não pre-ordenada, para crimes praticados por militar ou civil, exceto se ela decorre de caso fortuito ou força maior.
- ( ) O Soldado John recebe uma lata de talco do Soldado Peter que pede que ele entregue, sem ninguém saber, ao Soldado Harold. Pensando haver talco na lata, ele a leva ao Soldado Harold e é pego em flagrante no momento da entrega. Ela estava cheia de cocaína. Segundo positivado no CPM a conduta do Soldado John não seria típica, vez que excluído o dolo por se tratar de erro de tipo.

(A) V - V - V  
(B) V - F - F  
(C) F - V - V  
(D) F - F - V  
(E) F - F - F

60. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O Código Penal Militar prevê hipóteses de imputabilidade de menores de 18 anos. No entanto, tais dispositivos não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988.
- ( ) Em um motim liderado pelos Sargentos Pepper e Lennon, participa o Tenente Macartney que, no entanto, apenas segue as instruções daqueles dois, a exemplo das praças participantes. Por tal motivo, Macartney não pode ser considerado cabeça, nos termos do CPM.
- ( ) O CPM prevê a pena de impedimento, aplicável apenas ao crime de insubmissão.

(A) V - V - V  
(B) V - F - V  
(C) F - V - V  
(D) F - F - V  
(E) F - V - F

61. Analise as afirmativas sobre os crimes militares em tempo de paz, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O Código Penal Militar tem o Princípio da Insignificância positivado em seu texto, previsto para crimes como furto, roubo e peculato, ao contrário do Código Penal comum onde a aplicação de tal princípio se dá de forma supralegal.
- ( ) O Código Penal Militar prevê o tipo penal de furto de uso que não possui previsão no CP comum.
- ( ) O tratamento dispensado ao concurso de pessoas no CPM é idêntico ao dado pelo Código Penal comum.
- ( ) Segundo positivado no Código Penal Militar, a lesão corporal levíssima pode ser considerada infração disciplinar.

(A) V - V - V - V  
(B) V - F - V - V  
(C) F - V - F - V  
(D) F - F - V - F  
(E) V - V - F - V

62. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Segundo positivado na Constituição, compete às Justiças militares estaduais, distrital e federal processar e julgar os crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.
- ( ) O Cabo Ringo está sendo processado na Justiça Militar da União, por crime militar. Seu advogado entende haver falta de justa causa para a ação e pretende ingressar com *habeas corpus (HC)* em favor de seu cliente. O HC será julgado pelo juiz auditor ou juiz-auditor substituto, monocraticamente, vez que se trata de ato privativo de juiz togado, não sendo da competência do conselho permanente de justiça que está processando e julgando Ringo.
- ( ) O Sargento George, que serve no Batalhão de Petrolina-PE, e reside na Vila Militar localizada naquela cidade, pratica um crime militar de homicídio a bordo de uma embarcação civil (e sob comando civil) no Rio São Francisco, entre Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Como não foi possível determinar se o crime ocorreu na Bahia (6ª Circunscrição Judiciária Militar) ou em Pernambuco (7ª Circunscrição Judiciária Militar). Trata-se de uma exceção à regra geral, e a competência será determinada por prevenção.
- ( ) Compete ao Superior Tribunal Militar decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças das forças armadas.

- (A) V - V - F - V  
 (B) V - F - V - V  
 (C) F - V - V - V  
 (D) F - F - V - F  
 (E) F - V - F - F

63. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O Cabo Ringo sofreu lesões corporais praticadas pelo Sargento Paul, no pátio interno do batalhão do Exército em que servem. Foi instaurado o IPM pois não houve situação de flagrante. De imediato, o Capitão George, encarregado, determinou que Ringo fosse submetido a exame de corpo de delito. No entanto, deixou de encaminhá-lo ao exame complementar, 30 dias depois, determinando para classificar a lesão como grave pela incapacidade para as funções habituais por mais de trinta dias. Quando o IPM chegou às mãos do MPJM, 65 dias após o crime, Ringo já estava trabalhando havia 10 dias. Segundo o Código de Processo Penal Militar (CPPM) prova testemunhal poderá suprir a falta desse exame complementar.
- ( ) Segundo positivado no CPPM, a fotocópia de um ofício tem o mesmo valor probante que seu original. Mas sua autenticidade pode ser contestada.
- ( ) Segundo o CPPM, se um indício tem relação de causalidade remota com o fato indiciado e este fato coincide com a prova resultante de outros indícios, preenche as condições para constituir prova.
- ( ) Segundo o CPPM, a busca domiciliar poderá ser executada à noite, se for para acudir vítimas de crime ou desastre.

- (A) V - V - F - V  
 (B) V - F - V - V  
 (C) V - V - V - V  
 (D) F - V - F - V  
 (E) F - V - F - F

64. O Capitão de Fragata John comanda a Fragata Constituição, que é uma unidade da Marinha do Brasil. Quando a embarcação está na metade da distância entre o Brasil e a África, em pleno Atlântico, tem início um incêndio na torre de comando. Como todos os militares embarcados são treinados em combate a incêndio, o Comandante imediatamente inicia os procedimentos para apagar o fogo a todo custo, vez que, caso contrário, ocorrerá o naufrágio. Organiza e comanda pessoalmente o pessoal da mangueira número 1. Em razão do extremo calor e gases nessas situações, é previsto o revezamento de militares com o primeiro homem da mangueira (homem que está mais à frente e direciona o jato de água). Após certo tempo, o segundo homem deve assumir no lugar do primeiro. No momento do revezamento, o Marinheiro Paul, que é o segundo homem da mangueira se nega a ir para a frente e permanece impedindo a passagem para trás do Cabo Ringo, que é o primeiro no estreito corredor. Diante do risco da situação, o Capitão de Fragata John dá um forte soco no ombro de Paul que, assustado com a dor, encosta na parede e abre passagem para o recuo de Ringo. O soco provocou lesão corporal leve, posteriormente comprovada em laudo. Imediatamente, John empurra violentamente Paul, com a sola do pé nas costas e grita para que ele assumia a mangueira, xingando-o de covarde. O empurrão provocou lesão leve, também comprovada em laudo. Após isso, Paul assume como primeiro homem, o procedimento é bem sucedido e, em minutos, o incêndio é apagado. No momento em que a mangueira está sendo recolhida para ser enrolada, Paul ataca John com um soco, afirmando ser em repulsa à agressão sofrida e grita que o sonho acabou, que não quer mais ser militar, afastando-se de John, que está no chão, caído. O soco produz lesão leve no rosto de John, comprovada em laudo. Caído no chão após o soco, John vê Paul levando a mão ao coldre e abrindo, no típico movimento de quem vai sacar uma arma. Supondo que Paul vai pegar a arma para disparar contra ele, John pega a pesada mangueira a seu lado e, com a intenção de impedir o saque, com um rápido movimento, atinge a cabeça de Paul, matando-o. Ao socorrerem Paul, verificam que já havia morrido e que não havia nenhuma arma em seu coldre, apenas um maço de cigarros.

Com base no caso acima, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, segundo o positivado no Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar.

- I. O Capitão de Fragata John não praticou o crime militar de violência contra inferior ao chutar e empurrar o Marinheiro Paul, vez que a qualidade de inferior deixa de ser elemento constitutivo do crime quando a ação é praticada por comandante de navio, na iminência de perigo ou grande calamidade. Afastando-se a elementar, não se tipifica a violência contra inferior.
  - II. Ao matar o Marinheiro Paul com um golpe de mangueira por pensar que ele estava sacando uma arma, o Capitão de Fragata John pensou estar diante de um ataque iminente, atuando em erro de fato.
  - III. Apesar de atacar seu superior hierárquico, Paul não praticou o crime de violência contra superior, mas apenas o de lesão corporal, vez que agiu em repulsa à agressão sofrida, o que faz com que a condição de superior deixe de ser elemento constitutivo do crime.
  - IV. John praticou crime de lesão corporal contra Paul ao lhe dar um soco e empurrar com a sola do pé.
- (A) Somente I e II estão corretas.  
(B) Somente II e III estão corretas.  
(C) Somente II e IV estão corretas.  
(D) Somente II está correta.  
(E) Somente I, III e IV estão corretas.

65. Considerando o processo dos crimes de deserção e insubmissão, analise as alternativas seguintes e, em seguida, assinale a alternativa correta, segundo o positivado no Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e Lei de Organização Judiciária Militar.

- I. O militar da ativa das forças armadas não pode ser sujeito ativo do crime de insubmissão.
- II. Capturada uma praça com ou sem estabilidade que desertara, esta deve ser submetida à inspeção de saúde e, se apta, reincluída.
- III. No processo de insubmissão, cada parte poderá arrolar até três testemunhas.
- IV. A partir da zero seguinte à incorporação, iniciar-se-á a contagem do prazo de oito dias para caracterização da insubmissão.
- V. Nos processos de deserção e insubmissão o prazo para alegações escritas é reduzido pela metade, por se tratarem de processos especiais.

- (A) Somente I e III estão corretas.  
 (B) Somente II e III estão corretas.  
 (C) Somente II e IV estão corretas.  
 (D) Somente III e IV estão corretas.  
 (E) Somente I e II estão corretas.

66. O Tenente Lennon, oficial da ativa do Exército, está sendo processado, na Auditoria da 6ª CJM, por peculato-furto. É o único réu do processo. Durante a instrução processual, foram ouvidos: o Sargento Pepper, o Tenente Ringo e o Cabo Harrison, que comprovadamente só o conheciam de vista; os civis Lucy (filha do réu) e Sky (pai do réu). Além deles, o Sargento Paul, o Cabo Mcartney e o Sub Ten John, que serviram com ele, mas comprovadamente só tinham relacionamento profissional, porém amistoso.

Com base no texto-base acima e considerando a paridade de armas entre Ministério Público e defesa no processo e o positivado no CPM e CPPM, analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O Sargento Pepper, o Tenente Ringo e o Cabo Harrison prestam o compromisso de dizer a verdade, ao serem ouvidos em juízo, mas não são obrigados a produzir prova que os incrimine.  
 ( ) Caso se constate, ao ser qualificado antes da oitiva, que o Subtenente John era primo do réu, ele deve ser ouvido como testemunha informante, sem prestar compromisso de dizer a verdade.  
 ( ) Após a oitiva das testemunhas citadas no texto-base acima, se a defesa requerer, em petição, a oitiva dos Soldados Michael, Lionel e Prince, que foram mencionados no depoimento do Sargento Pepper, o pedido deve ser deferido.  
 ( ) se o réu for condenado a 3 anos de reclusão, a sentença do Conselho Especial de Justiça poderá impor a pena acessória de perda do posto e patente.

- (A) V - F - F - F  
 (B) V - F - F - V  
 (C) V - F - V - F  
 (D) V - F - V - V  
 (E) F - V - V - F

67. Harrison pulou o muro do quartel do 84º BIMz do Exército, no Rio de Janeiro, sem ser visto. Aproximou-se da sentinela do posto 4, guarda que faz a segurança do paiol, encontrando o Soldado Paul, sentinela daquele posto, dormindo abraçado ao fuzil. Para subtrair o fuzil e facilitar seu ataque ao paiol, cortou o pescoço do militar com uma faca, que trouxera com tal finalidade, provocando a sua morte. Pegou o fuzil do militar e se dirigiu ao paiol, na intenção de arrombá-lo, vez que já servira naquele quartel e sabia que, apesar dos grandes cadeados, as dobradiças eram frágeis e expostas, facilmente arrombáveis com o pé de cabra que trazia consigo. Quando forçava a porta do paiol, ouviu ruído de gente chegando e correu em direção ao muro para pular para a rua e fugir, lucrando, ao menos, com o fuzil. No entanto, ao ouvir os gritos de "pare, largue a arma", carregou o fuzil com um golpe de segurança, destravou e começou a disparar rajadas contra dois militares que vinham chegando: os Sargentos Ringo e John, que se abrigaram e responderam aos tiros. Como eram dois atradores de escol, acertaram dois disparos no peito e dois na cabeça de Harrison, causando a sua morte e cessando os disparos deste. As perícias comprovaram que os quatro disparos citados atingiram Harrison ainda vivo e causaram sua morte. Os dois sargentos se aproximaram do corpo e constataram que estava indubitavelmente morto. Irritado com a invasão, revoltado pelo fato de Harrison ter tentado matá-lo, Ringo, enquanto John chamava o oficial de dia, resolveu fazer como Aquiles, seu herói de infância, fez com Heitor durante a guerra de Tróia: amarrou o corpo de Harrison pelos calcanhares, amarrando ao paracheque de seu carro, já que não tinha biga, e arrastou com desrespeito pelo quartel para todos verem. Perícia comprovou que, realmente, Harrison já estava morto, quando seu corpo foi arrastado. Também após tudo isso, foi constatado que o invasor era George Harrison: sargento que servira por mais de dez anos naquele quartel e que desertara desde o final do ano anterior.

Com base no caso acima, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta, segundo o positivado no Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar.

- I. Antes de morrer, Paul, ao dormir em serviço, cometera o crime militar de dormir em serviço. Mas houve extinção de punibilidade em razão da morte de Paul.
- II. A análise quanto à existência ou não da legítima defesa por parte dos sargentos que acertaram 4 disparos no invasor, de acordo com o positivado no CPM, cabe ao Ministério Público Militar e à Justiça Militar da União.
- III. Ao amarrar o corpo pelos calcanhares e arrastá-lo pelo quartel com o carro, o Sargento Ringo praticou o crime militar de vilipêndio a cadáver.
- IV. O ingresso clandestino praticado por Harrison foi crime-meio para o latrocínio consumado (ou tentado, a depender do doutrinador).

- (A) Somente I e II estão corretas.
- (B) Somente I, II e IV estão corretas.
- (C) Somente II, III e IV estão corretas.
- (D) Somente III e IV estão corretas.
- (E) Somente I, III e IV estão corretas.

68. O Soldado Ringo, do 114<sup>ª</sup> BLMtz em Salvador, quartel do Exército, está sendo processado por desrespeito a superior na Auditoria da 6<sup>ª</sup> CFM. Após a oitiva das testemunhas, o MPM obtém e pede juntada aos autos de um vídeo de segurança que mostra áudio e imagem do desrespeito praticado por Ringo contra o Tenente John, no gabinete deste, naquela base. O pedido é deferido com anuência da defesa. No vídeo, fica claro que estavam na sala fechada o réu, o Tenente John e dois servidores civis Harrison e Paul. Nele, se ouve e vê a imagem do Tenente John dizendo calmamente que é a terceira vez que chama atenção do soldado por não fazer manutenção no fuzil após o tiro. Imediatamente, se vê o réu dizendo e gesticulando em amplos movimentos com os braços e dizendo "Ah, qual é, Tenente, fala sério". No mesmo instante, deu as costas para o oficial, que ainda falava calmamente, e disse, gritando "Ta bom, eu vou limpar sempre a droga desse fuzil. Que porrei!"

Com base no texto acima, marque a alternativa correta.

- (A) O vídeo mostra que o Soldado Ringo, na verdade, praticou o crime de desacato a superior.
- (B) O vídeo mostra que o Soldado Ringo, na verdade, praticou um crime de insubordinação.
- (C) O vídeo confirma que o Soldado Ringo, na verdade, praticou o crime de desrespeito.
- (D) O vídeo mostra que não se tipificou o crime de desacato a superior, nem um crime de insubordinação, nem o crime de desrespeito.
- (E) O vídeo mostra que o Soldado Ringo praticou um crime de insubordinação e o de desacato a superior.

69. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O General de Exército John (Comandante Militar do Leste), o Tenente Coronel Paul (Comandante do Batalhão de Polícia do Exército) e o Coronel Ringo (Comandante da escola de Instrução Especializada), todos exercendo seus comandos no Rio de Janeiro - RJ, todos militares da ativa, não entrarão na lista para o próximo sorteio dos juizes-militares dos Conselhos de Justiça da 1<sup>ª</sup> Circunscrição Judiciária Militar.
- ( ) O Coronel da Reserva do Exército Harrison está empregado na Administração Militar como Chefe da Seção de Inativos e Pensionistas (SIP) da 6<sup>ª</sup> Região Militar. Ficou incomodado com as reclamações feitas pelo também Coronel Reformado John que, curtindo sua inatividade, foi àquela seção apenas para resolver um problema de seu pagamento. Harrison partiu para a agressão e esmurrou John, na SIP, provocando-lhe lesões corporais leves. Trata-se de hipótese de crime militar.
- ( ) Um país vizinho invadiu o Brasil passando por Pacaraima e conseguindo ocupar toda região Norte do território Brasileiro. Já em guerra, nos termos da Constituição, o Cabo Lennon pulou o muro do quartel do 84<sup>ª</sup> BLMtz no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 2014, e não mais apareceu, pois temia que o Rio de Janeiro fosse invadido e ele tivesse que arriscar sua vida em combate. Passou à condição de desertor em 2 de maio de 2014.

- (A) V - F - F
- (B) F - V - V
- (C) V - V - V
- (D) F - V - F
- (E) F - F - V

70. Marque a afirmativa correta nos termos do positivado no CPM e CPPM.

- (A) John, militar reformado do Exército, trabalhando na Administração do Shopping Center Iguatemi, em Salvador, vê o Capitão Paul, desertor há cinco anos, no corredor do Shopping. Não pode prender o desertor, vez que não é militar da ativa.
- (B) O advogado do Tenente Ringo, processado na 6ª CJM por crime de estelionato, arguiu, após o interrogatório de seu cliente, a incompetência da Justiça Militar. O Juiz-Auditor, como juiz técnico, togado, é quem deve decidir tal questão de direito.
- (C) O Tenente Harrison está sendo processado, na 1ª Auditoria da 1ª CJM, pelo crime de maus-tratos. Após a oitiva de uma testemunha perante o Conselho Especial de Justiça, o MPM verifica haver crime de prevaricação e oferece aditamento à denúncia. Cabe ao Juiz-Auditor (ou Juiz-Auditor substituto) o recebimento ou rejeição da denúncia.
- (D) O Capitão George foi encarregado do Inquérito Policial Militar que serviu de base para o processo por prevaricação contra o Sargento Star. Não pode ser arrolado como testemunha pelo impedimento decorrente da sua atuação como autoridade policial (encarregado do inquérito) no caso.
- (E) O incidente de insanidade mental e a respectiva Perícia estão previstos apenas na fase processual, não sendo cabível durante o IPM.

FINAL DA PROVA